

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: 110

Data: 05/06/80 Pg.: _____

O traçado de rodovia não muda

Da sucursal de
BRASÍLIA

O Ministério dos Transportes não mudará o traçado da rodovia Cuiabá-Porto Velho por causa do memorial enviado por indigenistas ao Banco Mundial denunciando que a BR-364 ameaça os índios nhambiquaras, segundo informou ontem o secretário-geral interino do ministério, Marcelo Perrupato. Isso porque a rodovia — cuja pavimentação será financiada pelo Banco Mundial — não corta nenhuma reserva indígena demarcada ou aprovada.

Ele afirmou, ainda, que o memorial não irá prejudicar as negociações do Ministério dos Transportes com o Banco Mundial. É provável que o Bird segundo Perrupato, volte a discutir o assunto com o ministério, que novamente provará que a estrada não prejudica reservas indígenas.

Entretanto, o Ministério dos Transportes, de acordo com explicações de Jair Lage, assessor do ministro, tem conhecimento de estudos de técnicos da Funai, posteriores ao projeto da rodovia, segundo os quais há previsão de ser instalada uma reserva na rodovia, na base 6, a 54 quilômetros de Barracão Queimado, para colocar 22 índios. Essa reserva, no entanto, ainda não conta com aprovação oficial da Funai.

Jair Lage explicou que o projeto inicial da Cuiabá-Porto Velho abrange uma extensão de 245 quilômetros, por cima da Chapada dos Parecis, região quase sem atividade econômica. Em 1979, o Ministério dos Transportes, resolveu fazer um novo traçado em substituição a esse trecho, entre Pontes e Lacerda e Barracão Queimado, numa extensão de 205 quilômetros, região que abrange uma faixa de pelo menos 50 fazendas produtivas.

Ele explicou, ainda, que as reservas estão situadas em áreas que servem apenas à pastagem.

Os sete indigenistas que pediram demissão da Funai na segunda-feira acusaram o presidente da fundação, coronel Nobre da Veiga, de ter comprado um carro para a representação da Funai que, na realidade, serve para levar a filha dele ao colégio, no Rio de Janeiro. Eles também acusam o presidente da Funai de ter firmado um convênio com a firma C.R.Almeida S.A. Engenharia e Construção para a venda de areia da área indígena Guajajara, em Pindaré, Maranhão, ao preço de Cr\$ 100,00 a carga de cinco metros cúbicos. O preço mínimo na região é de Cr\$ 450,00.

Cláudio Rofmero, Osvaldo Cid Nunes, Odenir Pinto, Martha Maria, Ronaldo de Oliveira, Fernando Schiavim e Francisco de Campos não aceitam as acusações de "indisciplinados, desordeiros e agitadores", feitas ontem pelo ministro Mário Andreazza, do Interior: "O ministro ou desconhece a real situação dos índios ou está sendo conivente com a atitude antiindigenista que a nova diretoria da Funai quer impor a todo custo", disseram.